



## **Braços laboriosos: a tranquilidade pública na Colônia Blumenau**

MARIANA LUIZA DE OLIVEIRA DESCHAMPS\*

### **Considerações Iniciais**

Este trabalho buscar apresentar o início da pesquisa de mestrado, cuja proposta geral é pensar a Colônia Blumenau, em meados do século XIX, por meio de seus habitantes, a partir do enfoque da história social. A pesquisa tem como objetivo geral analisar os modos de agir e pensar dos sujeitos heterogêneos que compõe a Colônia Blumenau (1850-1883), indo além da história construída pela via da germanidade e do imigrante empreendedor, dando espaço na pesquisa para aqueles indivíduos que configuram um grupo social dito como turbulento, como, por exemplo, maus trabalhadores, preguiçosos, beberrões, desordeiros, agitadores, entre outros.

A pesquisa encontra-se em fase inicial e nesta etapa busca-se descobrir, conhecer e aprofundar o conhecimento sobre o habitante da colônia que está sendo acusado de desestabilizar a ordem e a tranquilidade pública devido a sua conduta. A procura destas evidências primeiramente está ocorrendo em fontes oficiais produzidas pela direção de Blumenau, e posteriormente a pesquisa seguirá em busca de mais informações, na tentativa de encontrar o relato do habitante. Porque geralmente, “os indivíduos pertencentes às classes sociais privilegiadas dão-se a conhecer através dos mais diversificados tipos de fontes [...]. Já ao pobre, e mais ainda ao excluído, só é dada uma voz quando ele comete um crime (ou quando é acusado de um)” (BARROS, 2004, p. 121). Desta forma, este artigo apenas abará a intenção de trabalhar com um dos objetivos específicos da pesquisa: evidenciar a existência e a história dos indivíduos que não se enquadravam no conceito de trabalhador exemplar, usando como fonte principal documentos oficiais da Colônia Blumenau.

Este projeto está inserido no universo da história social, pelo qual “[...] surgiram interações sobre as experiências dos trabalhadores e dos grupos socialmente marginalizados a partir de problemas que extrapolavam o foco exclusivo na constituição da classe e suas formas de luta.” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 41). Os trabalhadores passaram a ser estudados igualmente pela história, pelos seus hábitos, seus costumes, sua dinâmica cotidiana. Em concordância a esta visão, cabe citar o artigo de E.P. Thompson – A

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Bolsista CNPQ.



*história vista de baixo*, momento em que o autor defende a abertura, ou nas próprias palavras do autor a “liberação” (THOMPSON, 2001, p. 200) da história do trabalho e da história operária, que amplia seus horizontes que “vai das instituições do movimento operário (e seus líderes sancionados e sua ideologia) até a cultura do operariado.” (THOMPSON, 2001, p. 191). Por meio desta perspectiva este estudo visa o mundo do trabalho, no qual o trabalhador é compreendido pela atmosfera em que habita, por meio de suas experiências e sua consciência. E será a atmosfera da Colônia Blumenau o foco nesta etapa da pesquisa.

A direção da Colônia Blumenau esteve durante todo o seu período de existência atrelada à figura de Hermann Bruno Otto Blumenau (1819 – 1899), alemão, proponente de um projeto de colonização nas terras do atual município de Blumenau e região. Em 1850, deu-se início a uma colonização particular majoritariamente germânica, na Província de Santa Catarina, no sul do Brasil. No primeiro decênio a colônia se manteve na condição em que foi criada, particular, e mantendo um desenvolvimento lento. A partir de 1860 ela se tornou responsabilidade do Império brasileiro, que a comprou. A pesquisa se estende até 1883, quando a Colônia Blumenau foi transformada em município, e Dr. Blumenau não se encontra mais na posição de diretor.

A pesquisa documental apresenta um amplo número de fontes oficiais, que aqui são entendidas como: correspondências da direção da colônia ora para Província de Santa Catarina ora diretamente para o Império, relatórios anuais de desenvolvimento da Colônia, dados estatísticos anuais e ofícios em geral. Esta documentação, em geral burocrática, trará o contexto do estudo, e principalmente será possível por meio dela desnudar este ou aquele imigrante trabalhador com seus modos de agir e pensar, com suas ações, reações, atitudes. Também é intenção desta pesquisar tomar posteriormente como fontes as correspondências, os relatos, os diários, as informações produzidos pelos habitantes da colônia. Este material ao ser colocado em análise juntamente com as demais fontes, contribui para elucidar as relações entre os sujeitos.

### **Laboriosidade e turbulência na Colônia Blumenau**

O período em que se estuda a Colônia Blumenau é pensando em conexão com o que acontecia com a política imigrantista do Brasil e o contexto de sua implantação no século XIX. O império brasileiro, cujo Imperador era Dom Pedro II, tratava do processo de abolição



da escravatura com vagarosas medidas, tendo em vista que grande parte da economia brasileira era baseada no trabalho daqueles que deveriam ser declarados livres.

Ao mesmo tempo, o Império vivia em pleno século XIX e convivia com as teorias da época <sup>1</sup>, com destaque a teoria racial, pela qual se apontavam diferenças essenciais entre as sociedades, classificando-as em estágios de evolução. Em síntese, acreditava-se que a população branca e europeia era superior, como um modelo de civilização que deveria ser seguido.

Para o Brasil se dizer uma sociedade livre da escravidão se iniciava uma política de incentivo aos imigrantes que estivessem interessados em buscar o solo brasileiro como sua nova pátria. O imigrante branco foi o escolhido para compor e transformar a população brasileira, isto é, o racismo do século XIX motivou o Império pensar numa política de imigração para garantir a entrada de brancos em suas terras.

Neste mesmo período, o alemão Hermann Bruno Otto Blumenau (1819-1899) apresentou um projeto de colonização para as terras na Província de Santa Catarina, trazendo na proposta à introdução de imigrantes alemães. Conforme observava Hermann Blumenau em requerimento a Assembleia Provincial, Brasil e Alemanha “são aliados naturais pelo destino, achando o Brasil para os seus produtos o mercado mais desembaraçado e lucrativo na Alemanha, que não possui colônias próprias, e recebendo dela os braços laboriosos e os manufatos de que carece” (BLUMENAU, 1848, p. 02). Ao considerar o número de escravos no território brasileiro não se pode falar em falta de mão de obra. Porém, Dr. Blumenau apontava que à Alemanha poderia prover braços laboriosos (brancos) ao Brasil.

A ação de imigrar para o Brasil em meados do século XIX fazia com que o indivíduo entrasse em contato com ambientes, de modo geral, distintos de seus locais de partida. E em função do contexto ambiental, social, cultural e econômico da Colônia Blumenau houve, por parte da história oficial, uma construção da imagem dos imigrantes como trabalhadores incansáveis, que conseguiram concretizar o empreendimento colonial apesar das dificuldades encontradas. Tornado trivial na historiografia catarinense a afirmação do discurso do progresso<sup>2</sup>, que assimilava à germanidade ao elemento do trabalho. Todavia a naturalidade

<sup>1</sup> Mais informações podem ser encontradas na obra de SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>2</sup> O discurso elaborado sobre a história de Blumenau, não é uma peculiaridade da cidade, pois estudos sobre a imigração e colonização no Rio Grande do Sul também “caracterizam-se, em geral, por serem monografias programadas para determinadas datas comemorativas, em que invariavelmente dominam relatos sobre fatos



que a história de Blumenau tende a lembrar do seu passado, onde supostamente apenas se encontram imigrantes laboriosos, merece atenção.

A atribuição de valor dada ao ato de trabalhar na sociedade blumenauense tem proximidade com o que o historiador Sidney Chalhoub apresentou como a ideologia de trabalho na sociedade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, pela qual trabalhar passou a ser visto como um “princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade” (CHALHOUB, 1986, p. 29).

O imigrante era sinônimo de braço laborioso. Nas histórias escritas sobre Blumenau cabia ao imigrante figurar o exemplar trabalhador. Nas palavras de Dr. Blumenau “minha Colônia pode e deve ser um refúgio para emigrantes de língua e nacionalidade alemã, que procuram um futuro seguro e sem preocupações para si e para seus filhos, ganhando o pão com o suor de seu rosto” (BLUMENAU, 2002, p. 125-126). E para isto Hermann Blumenau advertia no relatório do ano de 1862 a necessidade e

*[...] a conveniência de eliminar promessas a fazer aos emigrados da Europa, todas e quaisquer, que se referem a adiantamentos, diárias, víveres e substituí-las pela promessa, de além de terras, caminhos, escolas, etc. de um bom salário ao bom operário. Como, porém, já por diversas vezes expus, que as diárias, etc. formam o principal atrativo e logo o mole travesseiro dos vagabundos e mandriões entretanto que o bom salário atrai a gente laboriosa [...]. (BLUMENAU, 1968, p.73 )*

A oferta da colônia era “um bom salário ao bom operário”. E embora em todos os relatórios e mapas estatísticos da colônia fossem apresentados constantemente os diversos profissionais ali existentes, como marceneiros, açougueiros, alfaiates, ferreiros, sapateiros, mecânicos, relojoeiros, etc., o trabalho agrícola era a principal ocupação. “Todos trabalham na lavoura sem exceção alguma e os oficiais ao mesmo tempo no seu ofício” (BLUMENAU, 1958, p. 45). Em outro relato, desta vez do imigrante Júlio Baumgarten, que chegou a Blumenau no ano de 1853, também apontava que “dos ofícios que melhor correspondam ao meio, devo dizer que o de agricultor é o preferível; a sua existência aqui será como a de todos os novos imigrantes nos primeiros anos, isto é, uma vida cheia de canseiras e de trabalho” (BAUMGARTEN, 1961, p. 124).

---

históricos e dificuldades incríveis que os imigrantes passaram nos primeiros tempos. Sem ignorar a existência destes aspectos, o que muitas vezes ocorre é a reprodução acrítica do discurso onde o imigrante é considerado ‘forte’, ‘disciplinado’, ‘moralizado’ e ‘regenerador do trabalho’.” MACHADO, P.P. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 13-14.



Essa “vida cheia de canseiras e de trabalho” pode ser melhor esclarecida pela descrição das tarefas anuais realizadas pelo colono. O relato é de Karl Kleine, que imigrou ainda criança para Blumenau, no ano de 1856, juntamente com seus pais e seu irmão mais velho.

*O colono nunca está em dia com suas tarefas, pois precisa plantar e colher durante todo o ano, ao contrário de outros países onde o agricultor, devido ao inverno rigoroso, tem seu período de descanso. Mesmo após a principal época do plantio, que se estende entre o fevereiro a março e de agosto a setembro, ainda assim, precisa executar outras tarefas, como derrubada da mata, limpeza da roça, construção de cercas, estrebarias e ranchos, além de outras coisas. Somando-se a tudo, ainda tem a eterna capinação [...]. (KLEINE, 2011, p. 327).*

É fato que havia muito trabalho a ser feito, tanto na colônia de um modo geral, mas por cada qual em suas terras. No entanto, a cada ano um novo grupo de pessoas dava entrada na colônia, porém “nem sempre composta de escolhidos e idôneos elementos chegando número inconveniente de solteiros, agregados e sujeitos de equivocada reputação” (BLUMENAU, 1968, p. 73). O aumento populacional e a crescente diversificação cultural em Blumenau entre os anos de 1850 a 1883 geravam apreensão por parte da direção da colônia.

Em correspondência ao Presidente da Província, Francisco Ferreira Corrêa, no dia 1º de novembro de 1870, Dr. Blumenau apontava que a colônia era composta por mais de 6 mil habitantes, o que acarretava uma composição heterogênea, logo requeria ao governo provincial

*[...] três policiais, que há tempo solicitei e que sempre mais se tornam necessários. A população desta colônia em geral é de certo muito ordeira, mas não é para admirar que entre mais de 6000 almas existem também turbulentos e desordeiros e sendo e ficando o braço da Polícia e também desta Diretoria completamente impotentes, aqueles impunemente podem continuar em ameaçar e sempre mais seriamente comprometer a segurança e a tranquilidade pública. (BLUMENAU, 1870, p.03 )*

O espaço de Blumenau estava em formação, assim como, a sociedade de Blumenau também estava. A população com mais de 6 mil pessoas não necessariamente teria uma convivência de puro consenso, logo para a direção da colônia era necessário buscar um controle social em todas as situações possíveis. Sendo que “este controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação do trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família [...]” (CHALHOUB, 1986, p. 101).



No relatório da colônia do ano de 1876, a população da colônia já contava com mais de 10 mil habitantes, e a tranquilidade pública daquele ano foi descrita como não satisfatória e, segundo os relatórios oficiais, a causa foi a entrada

*de não poucos sujeitos, entre os imigrantes oriundos do sul da Europa, de péssimas antecedências. Vadios e mendigos [...] de duvido caráter, viciosos e beberrões, ladrões e criminosos [...], foram remetidos sob o eufemismo de imigrantes e colonos, pondo e conservando, como um pernicioso fermento, frequentemente e por prolongado tempo em alarme a população ordeira e antiga e recente, o pessoal da Diretoria e das demais autoridades a força policial de quatro guardas existente a militar de seis praças, inclusive o comandante, que foi necessário, requisitar-se, para sofrivelmente manter a ordem e o respeito das leis e autoridades. (BLUMENAU, 1877, p. 03).*

A chegada destes sujeitos, que somente podiam receber a denominação de imigrantes e colonos por eufemismo segundo Hermann Blumenau, é descrita como um fermento prejudicial a população “ordeira” que habitava aquele espaço, mas a diretoria e as demais autoridades (4 guardas, 6 praças e 1 comandante) “sofrivelmente” conseguiram manter a ordem, apesar dos vadios, mendigos, beberrões, ladrões e criminosos que por ali chegaram.

É fato que a tranquilidade pública era cada vez mais perturbada com o aumento do número de habitantes, e que havia medidas da diretoria para manter a ordem: alguns eram presos, outros pagavam multas, além daqueles que assinavam termos de melhoramento de conduta. Mas o grande objetivo que seguirá no andamento desta pesquisa: é buscar compreender como era a participação dos sujeitos nestes casos.

O primeiro evento ocorreu no início do mês de janeiro do ano de 1874. Foi um desentendimento entre os vizinhos Carl Knoppe e Carl Jacobsen a respeito de um touro. O proprietário do animal, Carl Knoppe, escreveu uma carta ao Dr. Blumenau, porque seu vizinho solicitava que ele se desfizesse do animal, pois o touro atacou transeuntes que passaram por ali. A respeito deste pedido, Knoppe escrevia que poucos dias antes desta denúncia “o próprio Sr. Jacobsen abriu a porteira de minha propriedade, fazendo com que o meu touro saísse para fora da cerca para, em seguida, amarrá-lo com um cipó e prendê-lo perto de sua casa” (KNOPPE, 1978, p. 113) e quando Carl Knoppe afirma ir buscar seu animal, o vizinho exigiu “um resgate de dois mil réis, além de me ameaçar perante testemunhas de que ele ia me meter chumbo entre as minhas costelas” (KNOPPE, 1978, p. 114). Passado algum tempo, Knoppe afirmou ter feito um novo portão na sua propriedade e que certo dia o encontrou aberto (provavelmente isto foi obra do tal Jacobsen, diz Knoppe) e por sorte conseguiu fechá-lo a tempo, mantendo seu touro dentro de sua propriedade.



Em função destes contratempos, Knoppe perguntava ao Dr. Blumenau o que ele deveria fazer naquela situação. E aproveitava para revelar alguns detalhes sobre a vida de seu vizinho. Diversas vezes “Jacobsen foi encontrado caminhando na rua com uma espingarda carregada e engatilhada, vibrando na mão um facão e seu estado de embriaguês era tão grande, estava tão bêbado que mal podia permanecer de pé”(KNOPPE, 1978, p. 114), além disto Jacobsen andava afirmando pela vizinhança que “iria meter chumbo nas minhas costelas”. E ao fim da carta indagava

*Afinal, o que é que este indivíduo quer de mim? – eu não sei! Nunca fiz mal algum a ele. Se este Jacobsen continuar embriagando (e isto está acontecendo todo dia, desde a manhã até à noite), tudo pode acontecer e eu não posso deixar de temer por minha vida! Solicito, pois, ao senhor que tome providências e me devolva a paz, protegendo-me contra este Jacobsen. Em caso contrário, serei obrigado a defender-me também com violência, protegendo-me a mim mesmo, mas responsabilizarei, então, ao senhor por todas as consequências das eventualidades que venham a acontecer. (KNOPPE, 1978, p, 114)*

A simples divergência entre dois vizinhos devido a um animal revela também o caso de um embriagado que causava tumultos na Colônia. Knoppe recorreu à figura do diretor da colônia para saber como proceder nesta situação, e principalmente para que “lhe devolva a paz”. O interessante é a resposta que o mesmo recebeu.

Na carta em meados de janeiro de 1874, Dr Blumenau dizia repelir as insinuações e ameaças que Knoppe fazia contra ele, pois “o diretor é um oficial de administração e não um delegado policial nem um fiscal. Por outro lado, se eu sempre gostei de ajudar os colonos em suas dificuldades e na solução de outros problemas, o fiz da melhor boa vontade com conselhos e ações.” (BLUMENAU, 1978, p. 115). Desta maneira, o diretor aconselhou a Knoppe reunir testemunhas e dirigir-se ao inspetor de quarteirão ou ao Juiz de Paz, para que

*o desordeiro seja condenado a indenizar os prejuízos e assinar um termo de boa vivência. Quebrando ele porém esta promessa, terá, na primeira vez, que submeter-se a uma pena de 30 dias de cadeia e mais trinta mil réis de multa. No caso dele negar-se a pagar ou não poder pagar a multa, ela será transformada em mais trinta dias de cadeia. Causando ele a mesma desordem em casa de outros vizinhos, estes também terão os mesmos direitos de apresentar queixa à policia ou ao Juiz de Paz. (BLUMENAU, 1978, p. 115)*

Neste caso, o aconselhamento para Karl Knoppe foi para ele tomar as devidas providências com relação ao seu vizinho, com a finalidade de fazê-lo assinar o “termo de boa vivência”, o submetendo implicações que o termo trazia em si: cadeia e multa. Resta a dúvida, de qual a origem destas normas. Havia alguma legislação que aconselhava tais medidas?



O segundo caso, em junho de 1877, Augusto Eickenberg e Luiza Kock assinaram um “termo de bem viver”, em função dos distúrbios causados pela bebida do primeiro. O caso teve início em uma noite, na qual o Sr. Augusto Eickenberg bebeu em excesso e não respeitou o sossego noturno quando passou pelo caminho público que se localiza na propriedade da Sra. Luiza Kock. A mesma solicitou uma audiência com o Juiz de Paz, na época Julio Baumgarten, cujo resultado foi à assinatura do termo de bem viver pelo bebedor, que o obrigava a “nunca mais querer beber tanto, que entre no estado de embriaguez, de perturbar [...] o sossego público noturno sujeitando-se no caso de quebra de trinta dias de cadeia e multa de trinta mil reis.” (BAUMGARTEN, 1877, p. 02). As penalidades descritas para o Sr. Augusto caso ele reincidisse a incomodar seus vizinhos ficavam estipuladas, novamente cadeia e multa.

Em ambos os casos a bebedeira recaiu nas acusações e o termo de bem viver ou de boa vivência foi à medida tomada ou, no primeiro caso aconselhada, para a negociação de um conflito. Inclusive, neste mesmo período, da década de 1870, mais precisamente no relatório do ano de 1876, Dr. Blumenau mencionava no item Tranquilidade pública e segurança individual e de propriedade, que “o abuso das bebidas alcoólicas tem infelizmente seu proeminente papel em todas estas tristes ocorrências” (BLUMENAU, 1877, p. 03). O termo de bem viver ajudava a estabelecer a relação entre as partes e penalizava os que tiravam sossego público, caberá buscar a legislação que regulamentava essas situações na época.

O relevante está no aspecto de encontrar os turbulentos do período colonial de Blumenau, onde a condição de imigrantes trabalhadores não necessariamente remetia a solidariedade automática entre os indivíduos. Apesar de estes trabalhadores serem encontrados, a princípio, na posição de acusados nos documentos, ao se mapear estes acontecimentos em Blumenau, isto é, dos conflitos e disputas entre eles e também a constante solicitação de um aumento policial naquele espaço, percebe-se um cotidiano em gestão.

### **Considerações Finais**

O texto aqui apresentado se trata, de modo geral, do início de uma pesquisa de mestrado, sendo o mesmo pautado no projeto apresentado para o programa de pós-graduação, o que acarreta na dificuldade de apresentar conclusões. A pesquisa propõe refletir os sujeitos imigrantes, trabalhadores heterogêneos que compõe Blumenau. Como ponto de partida, fez-se



uso dos dados mais burocráticos da Colônia Blumenau, principalmente ofícios e relatórios, para levantar dados e demonstrar uma visão além dos braços laboriosos imigrantes.

Com o relato das ocorrências dos colonos Eickenberg e Jacobsen e os dados apontados nos relatórios da direção da colônia é possível notar dinâmicas cotidianas que estavam presentes nas relações entre os sujeitos da sociedade colonial de Blumenau, como a assinatura do contrato de bem viver. O trabalho era o elemento fundamental para uma jovem colônia se estabelecesse, no entanto, os documentos apresentaram convívios turbulentos se comparados ao que parte da história oficial de Blumenau tende a espera do passado.

A ideia de apresentar esta pesquisa no simpósio temático tem como proposta, primeiramente, dar visibilidade aos múltiplos sujeitos que compõe a história da Colônia Blumenau, e em segundo lugar, colocar em debate esta pesquisa, que apenas se inicia, para dialogar e refletir sobre novos questionamentos e horizontes que ainda serão percorridos no caminhar da elaboração da dissertação.

### Referências Bibliográficas

BARROS, Jose d'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BAUMGARTEN, Júlio. Apontamentos de Julio Baumgarten (1º de abril de 1854). In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo IV, nº 7. p. 121-127. Julho, 1961.

BAUMGARTEN, Júlio. Livro de Termo de Bem Viver do ano 1877. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS), Coleção: Colonização, Pasta 2.63, documento 633. 22 de junho de 1877.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. A história de Blumenau revela (carta de Hermann Blumenau de 16 de janeiro de 1874). In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo XIX, nº 4. p. 115. Abril, 1978.



BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Correspondência nº 73 para Francisco Ferreira Corrêa. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS). Coleção: Colonização, pasta 2.36, documento 362. 1º de novembro de 1870.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório do ano de 1862. In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo IX, nº 4. p. 70-75. Abril, 1968.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório sobre o ano de 1876. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS). Coleção: Colonização, pasta 2.62, documento 625. 15 de janeiro de 1877.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Requerimento e Projeto de Colonização apresentado a Assembleia Provincial. Fundo: Colonização, P0 02, Doc. 06, 16/03/1848. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - AHJFS – Blumenau/SC.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Terceiro Relatório sobre a Colônia Blumenau. In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo I, nº 3. p. 43-46. Janeiro, 1958.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto; Ferreira, Cristina. (org.); **A Colônia Alemã Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil = Deutsche Blumenau in der Provinz Santa Catarina in Süd-Brasilien**. Tradução Annemarie Fouquet Schünke Blumenau: Cultura em Movimento, Instituto 150 anos, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.



CHALHOUB, Sidney.; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: **Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos**. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009. p. 11-50.

KLEINE, Karl; FERREIRA, Cristina (org.); **Vivências e narrativas de um blumenauense**. Tradução Annemarie Fouquet Schünke; Cristina Ferreira (org.). Blumenau: Editora Cultura em Movimento, 2011.

KNOPPE, Carl. A história de Blumenau revela (carta de Carl Knoppe de 09 de janeiro de 1874). In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo XIX, nº 4. p. 113-114. Abril, 1978.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, Edward P.. A história vista de baixo. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, A.L.; SILVA, S. (org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 185-201.